

## **EIXO 2: Política de educação básica e de formação e gestão escolar**

### **TRABALHO DOCENTE NA EJA NA CIDADE DE PONTA GROSSA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Paola Andressa Scortegagna**

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
paola\_scortegagna@hotmail.com

**Rita de Cássia da Silva Oliveira**

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
soliveira13@uol.com.br  
Grupo de Pesquisa GEJAI  
Financiamento: Fundação Araucária

#### **Resumo**

A política educacional brasileira para a EJA apresenta lacunas e descontinuidades. O artigo teve como objetivos refletir sobre as políticas públicas da EJA, identificar o perfil dos docentes nas séries iniciais do ensino fundamental desta modalidade nas escolas públicas municipais de Ponta Grossa/PR. A pesquisa foi interpretativa, de campo, quanti-qualitativa. Responderam ao questionário, 33 docentes das séries iniciais da EJA. Sendo cada um docente de uma escola diferente. Percebeu-se que a EJA constitui uma modalidade de educação cada vez mais reconhecida socialmente e considerada pelos docentes, como possibilidade de resgate da cidadania, ascensão social e profissional dos alunos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos; Professores da EJA.

#### **INTRODUÇÃO**

O contexto atual apresenta muitas e incisivas mudanças econômicas, culturais, políticas e sociais que o Brasil vem sofrendo nos últimos anos, nas quais a população depara-se com desafios e possibilidades de crescimento num compasso acelerado. Através dessa realidade, a educação representa um importante meio de progresso e modernização social. Assim, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (PINTO, 1994, p.29).

A sociedade pós-moderna valoriza muito o conhecimento adquirido pelos indivíduos e, para acompanhar as transformações no mundo do trabalho, torna-se necessária uma maior qualificação profissional. Nessa perspectiva, a educação ocupa cada vez mais espaço e passa a ser reclamada por uma parcela maior da população como imprescindível para a integração e participação social.

Por muito tempo a educação esteve vinculada a diferentes fases da vida. A infância, por exemplo, era valorizada, e em especial na questão educacional, com uma preocupação muito intensa quanto aos métodos e aos conteúdos que deveriam ser apresentados, conforme a

faixa etária. Com relação aos jovens e adultos, a associação refere-se ao mundo do trabalho, à produção e ao consumo, enquanto a velhice e a terceira idade estavam vinculadas à improdutividade, à diminuição das atividades físicas e intelectuais (HADDAD, 2001). Entretanto, esses mitos que assombram a educação brasileira são destruídos pelas pesquisas científicas atualmente desenvolvidas, atribuindo significados diferenciados conforme as faixas etárias, considerando a cada segmento etário um espaço de reconhecimento e contribuição na sociedade brasileira.

A Educação de Jovens e Adultos não raras vezes se apresenta como campanhas paliativas de erradicação do analfabetismo adulto, nas quais o Estado se exime parcialmente do cumprimento de suas funções, por meio de parcerias, reforçando a educação da EJA como promoção de ações compensatórias de baixo investimento. Nada mais necessário do que a criação de políticas públicas efetivas, que garantam a execução, financiamento e concretude dessa modalidade de ensino.

O segmento dos jovens, adultos e idosos distingue-se dos demais da educação formal, sendo necessária uma reavaliação de uma modalidade de ensino que supra as necessidades educacionais de que esse grupo carece, através de uma relação entre formação e mercado de trabalho. A educação de jovens e adultos deve possibilitar também uma formação profissional aliada à formação acadêmica. A realidade educacional brasileira é um exemplo acabado de contradição entre a declaração dos direitos e a prática social. Existe um descompasso entre os processos de interação, estudo e trabalho (PICONEZ, 2002).

A educação voltada para jovens, adultos e idosos, que se encontram em atividade, como trabalhadores, coloca-se como uma das mais estratégicas formulações para a possível transformação e, no limite, revolução da sociedade injusta, discriminatória, meritocrática e eletista em que se vive atualmente. (GADOTTI; ROMÃO, 2001).

A educação representa a possibilidade de mudança para essa classe, por muitas vezes, excluída da sociedade. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil vem ao encontro de algumas problemáticas sociais, porém é preciso perceber suas dificuldades e limitações.

O presente artigo resulta de uma investigação que teve como objetivos refletir sobre a EJA, identificar as principais políticas públicas voltadas para EJA e o perfil dos professores atuantes na educação básica desta modalidade em Ponta Grossa/Paraná.

A pesquisa foi interpretativa e qualitativa. Na pesquisa de campo utilizou-se como instrumento para a coleta de dados, um questionário aplicado aos professores das séries iniciais do ensino fundamental da EJA. Participaram da pesquisa 33 professores, sendo cada professor de uma escola diferente.

## EJA E O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos, destinada àqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental e ao médio na idade própria, tanto nas formas de ensino presencial e/ou semipresencial, os dados do Censo Escolar apontam que as matrículas totalizaram 4.234.956 em 2010. Destes, 2.846.104 (67%) estão no ensino fundamental e 1.388.852 (33%) no ensino médio. A Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível fundamental e médio (INEP, 2010).

Conforme os dados do Censo Escolar observa-se que o número de matrículas na EJA vem diminuindo nos últimos anos, como se pode observar a seguir:

- 2007 – 4.985.338 matrículas
- 2008 – 4.945.424 matrículas
- 2009 – 4.661.332 matrículas
- 2010 – 4.287.234 matrículas
- 2011 – 4.046.163 matrículas
- 2012 – 3.237.333 matrículas

De acordo com o Censo Escolar 2011, as matrículas na EJA mantiveram a tendência dos últimos anos e apresentaram queda maior do que 5%, representando uma queda significativa nos últimos anos.

Segundo a Pesquisa Nacional de Domicílios (IBGE, 2009), o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam escola e que não têm o ensino fundamental completo. Esse contingente poderia ser considerado uma parcela da população a ser atendida pela EJA (INEP, 2010, p. 17).

Um dos problemas apontados em referência à diminuição de alunos matriculados se faz pelo fato de que o número de escolas que oferecem a modalidade vem diminuindo (CENSO ESCOLAR, 2010).

É importante também apontar que a maior parte das matrículas da EJA estão no ensino fundamental. Outra questão a ser observada se refere ao fato de que há mais alunos nas séries finais do ensino fundamental do que nas iniciais, indicando que muitos estudantes estão atingindo uma maior escolaridade e indo além das classes de alfabetização.

Apesar de ser constatado um avanço quanto à quantidade de alunos matriculados em cursos presenciais, a realidade vivenciada aponta que a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos apresentam-se no governo como uma proposta relegada a um segundo plano, através de um caráter apenas quantitativo (CENSO ESCOLAR, 2010).

Por mais ações, campanhas e programas que surgiram nos últimos anos, a questão da EJA não está em evidência. Obviamente que programas como o PROJOVEM e o PROEJA incentivam a matrícula e concomitantemente buscam a qualificação profissional, porém grande parte das ações para esta modalidade acontece por meio da sociedade civil. Um dos maiores problemas que a EJA possui se refere à grande extensão territorial brasileira, que dificulta o desenvolvimento de muitos programas para a modalidade.

A EJA, no Brasil, vem ao encontro das classes sociais menos favorecidas, uma vez que o estado capitalista busca incessantemente o lucro exacerbado, sem se preocupar com a parcela da população que se encontra à margem desse contexto. Nestas condições, a educação apresenta-se como possibilidade de mudança a essa realidade vivenciada.

No transcorrer do seu processo histórico, a EJA apresenta-se como uma educação compensatória (GADOTTI; ROMÃO, 2001), sendo vista como uma oportunidade para superar uma falha no processo educacional dos alunos inclusos nessa modalidade.

No contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, as políticas se voltam para o âmbito educacional. Segundo Vieira (2007, p. 56), “as políticas representam o espaço onde se manifesta a ‘politicidade inerente à educação’, na medida em que traduzem expectativas de ruptura ou de continuidade”.

As políticas públicas fazem correspondência às orientações e disposições do governo, através das mais diversas decisões nas esferas sociais, influenciando a população direta ou indiretamente, nos âmbitos pessoais, profissionais e também educacionais. Estabelecem-se leis, diretrizes, planos, resoluções, estatutos e demais decisões provenientes do poder público.

Depois de definida uma política pública, serão elaborados programas, projetos e pesquisas que continuamente devem ser avaliados por meio de um sistema de acompanhamento, buscando a solução para o problema que originou todas as atividades, avaliando os processos, os produtos e os impactos ocasionados (URPIA, 2009).

As políticas públicas para a EJA configuram-se num espaço diferenciado. Apesar de existirem muitas iniciativas em prol da disseminação da educação para todas as pessoas, como é previsto na própria Constituição Federal, no Artigo 205, que prescreve a educação como direito de todos e dever do estado, a EJA ainda se apresenta aquém das muitas estratégias educacionais propostas pelo governo.

A Educação de Jovens e Adultos tem uma estreita relação com políticas educacionais e demais estratégias governamentais, pois essa modalidade apresenta-se como possibilidade de inclusão social, vindo ao encontro da responsabilidade pública para com os cidadãos.

O direito à educação é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade de fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”. A conquista deste direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino: ele supõe as condições de continuar os estudos em outros níveis.

Pode-se destacar também o Artigo 206 da Constituição Federal que prescreve “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Ainda, com referência à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, também se pode destacar o Artigo 208, no qual se encontra a garantia de obrigatoriedade do ensino gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso ao mesmo na idade própria.

O Artigo 214 faz menção ao Plano Nacional de Educação e tem como meta tanto a erradicação do analfabetismo, como a melhoria na qualidade de ensino e a formação para o trabalho.

Para Arroyo, “a história mostra que o direito à educação somente é reconhecido na medida em que vão acontecendo avanços sociais e políticos na legitimação da totalidade dos direitos humanos”. Assim, “a reconfiguração da EJA estará atrelada a essa legitimação” (2006, p. 28).

A Educação de Jovens e Adultos não se estrutura como uma adaptação do sistema educacional vigente no Ensino Fundamental e Médio para suprir uma necessidade educacional. Ela é um desafio social, centralizado na sociedade do saber, pautado nos princípios do direito universal à educação.

Na Lei 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, alertando para as características específicas no processo pedagógico destinado ao jovem e ao adulto.

A importância de garantir a jovens e adultos a oportunidade de acesso e permanência na escola e condições de efetuar seus estudos resgatando a especificidade desse segmento, independente de sua idade, está previsto no artigo 37 da LDB 9.394/96. A oferta da EJA está regulamentada conforme o que determina o artigo 38 da Lei 9.394/96.

Foram elaboradas depois de discussões com associações científicas e com a participação de profissionais que se interessaram pela temática, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, especificando as finalidades e funções desta modalidade de educação (Parecer CNE/CEB 11/2000).

Caracteriza-se aqui a EJA como uma função reparadora, resgatando a igualdade de um direito negado, promovendo “o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante” (PARECER 11/2.000, p. 7).

Para atender à demanda, a EJA assume também a função equalizadora, possibilitando aquisição de conhecimentos daqueles que, por diferentes motivos, foram privados deste acesso.

Outra função atribuída à EJA é a função permanente ou qualificadora, ou seja, a educação ao longo da vida deve possibilitar uma ampliação, aquisição de conhecimentos para a formação do indivíduo, considerando aqui que todo ser humano é inconcluso e aprende sempre.

Segundo Porto (2004), as políticas públicas têm sido insuficientes para atender ao direito de todos os brasileiros à educação e, embora sejam ampliadas as ofertas, elas continuam excluindo elevado número de jovens e adultos de tais oportunidades, quer pelo não acesso, quer pela não permanência.

#### A EJA EM PONTA GROSSA: O PERFIL E AS CARACTERÍSTICAS DOCENTES

Para a realização desta pesquisa, foram visitadas no ano de 2011 e 2012, 34 escolas da rede municipal que ofertam Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental na modalidade da EJA.

Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário respondido pelos professores docentes da EJA, sendo um professor de cada uma das 34 escolas pesquisadas. Um questionário foi desconsiderado na análise por apresentar muitas questões sem resposta, o que prejudicaria a análise dos dados. Assim, no total foram computados 33 questionários, respondidos pelos professores de 33 escolas pesquisadas.

Com objetivo de diminuir a elevada taxa de analfabetismo, busca-se investir qualitativamente no processo educacional de jovens e adultos. Um dos aspectos em evidência nesta discussão é a formação do professor, sendo necessário investir na qualificação docente dos profissionais que atuam nesta área.

Para a coleta de dados optou-se pela aplicação questionários aos docentes da EJA, nas escolas que oferecem as Séries Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade da EJA. As primeiras questões referem-se à identificação do professor.

Em relação à idade, 17 professores têm entre 40 e 49 anos, representando 51,51%. Em seguida, há 11 professores de 30 a 39 anos (32,35%), quatro professores (12,12%). Apenas 1 professor tem idade entre 20 e 29 anos (3,03%). Estes dados comprovam que a docência na

EJA ocorre quando o professor já tem uma caminhada no exercício do magistério, pois como se pode observar, apenas 1 professor tem menos de 30 anos.

Em relação ao gênero, todos os professores são do sexo feminino. Este fato comprova a feminização que ocorre no exercício do magistério, principalmente nas Séries Iniciais.

Referente à formação acadêmica, 13 professores tem Licenciatura em Pedagogia (39,39%), seguidos de 5 professores licenciados em História (15,15%), outros 4 professores possuem o Normal Superior (12,12%), 3 professores licenciados em Matemática (9,09%) e dois em Educação Física (6,06%). Há 1 professor com Licenciatura em Ciências Contábeis (3,03%), 1 licenciado em Letras (3,03%). Dois não informaram a formação que possuem e 1 (3,03%) professor possui Magistério no Ensino Médio (3,03%).

Em relação ainda a qualificação, 26 professores possuem curso de Pós-graduação concluído, representando 78,78%. Os demais (7 professores), não possuem nenhum curso de Pós-graduação concluído (21,21%).

Dos professores que responderam que possuem curso de Pós-graduação concluído, foi questionado qual curso especificamente possuem. Há 7 professores com Pós-graduação em Educação Especial, 3 professores com Pós Graduação em Psicologia da Educação. Os demais possuem cursos de diversas áreas: Psicopedagogia, Interdisciplinaridade, Gestão, Metodologia do Ensino de Artes. Verificou-se uma diversidade de Cursos de Especialização realizados pelos professores e apenas 1 professor apresentou especialização na área de Educação de Jovens e Adultos.

Referente ao tempo de atuação como docente, 17 professores (51,51%) possuem mais de 21 anos, seguido de 7 professores (21,21%) com 16 a 20 anos de docências, 6 professores (18,18%) entre 6 a 10 anos e 3 professores entre 11 a 15 anos de docências.

Embora a maioria dos professores apresentem alguns anos de magistério, a docência específica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos é menor. A maioria dos professores, 21 (63,63%) tem entre 1 a 5 anos de docência na EJA, seguidos por 7 (21,21%) professores que possuem de 6 a 10 anos de docência nesta modalidade. Com menos de 1 ano de docência na EJA registrou-se 3 professores (9,09%) e o mesmo número, 3 professores (9,09%) apresentaram entre 11 a 15 anos de docência na EJA.

Este fato comprova que o trabalho com a EJA não ocorre, na maioria das vezes, no início da atividade docente dos profissionais.

Há muitos motivos para o professor trabalhar na Educação de Jovens e Adultos. Sobre este questionamento, que levaram ao trabalho com a EJA, os professores puderam enumerar mais de uma opção. Sendo assim, a afinidade com jovens e adultos foi apontada por 26

professores (78,78%), escolha pessoal por 21 professores (63,63%), maior intercâmbio de experiências e conhecimentos foi destacado por 14 professores (42,42%), oportunidade de aulas foi indicado por 13 professores (39,39%), formação dos alunos para inclusão social foi apontado por 12 professores (36,36%), responsabilidade e/ou disciplina dos alunos foi destacado por 10 professores (30,30%), localização da escola, próximo a residência foi assinalado por 9 professores (27,27%) e complementação de carga horária, apontado por 3 professores (9,09%).

Considerando as vantagens ou ganhos pessoais e profissionais ao se trabalhar com jovens e adultos, todos os professores apontam que dar aula para EJA é uma atividade que traz ganhos e vantagens. Muitos aspectos foram citados, entre os quais: a vontade de aprender dos alunos, a disciplina e responsabilidade, afetividade, a valorização do ser humano, afinidade com os alunos, contribuição para a inclusão do aluno na sociedade e no trabalho. Para comprovação apresentam-se alguns depoimentos a seguir e, para garantir o anonimato, os professores foram numerados de 1 a 33, evitando exposição dos mesmos.

Segundo afirmou o Prof 1, “[...] ganhos em termos de crescimento pessoal pela troca de experiências e valorização do ser humano”. Em relação aos ganhos e vantagens, o Prof 12 coloca que “[...] o reconhecimento dos alunos e a valorização que eles dão ao professor.”

Alguns professores salientaram a importância da experiência profissional, a troca de experiências e o interesse, como se pode observar na fala do Prof 27 “ensina-se para quem realmente quer aprender.” Prof. 20 “Acho que é uma questão muito pessoal: gosto muito de trabalhar com jovens e adultos, me realizo dentro da sala de aula”.

Com relação às desvantagens do profissional trabalhar com jovens e adultos, 29 professores marcaram que não existe nenhuma desvantagem, entretanto 2 professores marcaram que existem desvantagens, mas não explicitaram quais seriam e 2 professores não responderam a esta questão.

Em relação ao perfil profissional e educacional, os professores foram questionados sobre a participação em algum curso sobre EJA nos últimos 5 anos. Dos professores, 19 afirmaram que participaram, representando 57,57%, seguidos de 14 professores (42,42%) que não participaram.

Há a necessidade da formação do professor, tanto em nível inicial, como em formação continuada, para que este profissional se atualize e desenvolva um trabalho crítico e transformador. A atuação do professor depende diretamente da formação que este possui.

Sobre a participação em cursos sobre a EJA, 11 professores afirmaram que participaram da Formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação (SME),



representando 33,33%, seguidos de 2 professores que participam de cursos oferecidos a distância, os demais (6 professores) não explicitaram.

Ao se tratar de políticas educacionais para a EJA, discutem-se atualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000). Estas diretrizes apontam muitos avanços para a evolução e valorização da EJA, como também especificam como modalidade específica da Educação Básica.

Os professores que responderam positivamente quando foram questionados sobre o acompanhamento das discussões das políticas para a EJA. Destacaram como meio de informações: Portal Dia-a-dia Educação, Portal do MEC, Participação em Grupo de Estudo, Leitura de livros, Revistas (Nova Escola).

Os professores quando questionados sobre as leituras realizadas sobre a EJA nos últimos dois anos, apresentaram uma variedade em suas respostas. Porém, um fato significativo aponta que 12 professores não responderam esta questão (36,36%), evidenciando a ausência do exercício de leitura por muitos professores. Dos profissionais que citaram obras que leram nos últimos dois anos, foram citados livros de autoria de Paulo Freire, Cadernos de EJA, Formação continuada em EJA, EJA: teoria, prática e proposta.

O professor em sua atividade pedagógica necessita buscar novas metodologias, propondo discussões e diálogos. Desta maneira, há a possibilidade de crescimento do aluno, que encontra significado em suas ações, realizando-se através do êxito que atinge ao concluir suas tarefas. Já o educador, ao perceber o amadurecimento do aluno, consegue visualizar a importância de uma prática dinâmica e envolvente.

“Há muitos anos que a andragogia tem ensinado que a realidade do adulto é diferente da realidade da criança, mas ainda não incorporamos esse princípio nas nossas metodologias”. (GADOTTI e ROMÃO, 2001, p.39). Assim, a metodologia é um fator determinante para uma ação docente satisfatória, na qual professor e aluno possam desenvolver através do diálogo, uma prática eficiente. Os professores foram questionados sobre qual metodologia utilizam em suas aulas.

Para o Prof 19, “Procuro contextualizar os conteúdos e tornar o conhecimento significativo para o adulto, aproveitando todo o conhecimento e toda a bagagem trazida pelos adultos com o objetivo de levá-los a apropriação do conhecimento científico”.

O contexto cultural do aluno trabalhador deve ser a ponte entre o seu saber e o que a escola pode proporcionar, evitando, assim, o desinteresse, os conflitos e a expectativa de fracasso que acabam proporcionando um alto índice de evasão (GADOTTI e ROMÃO, 2001, p.121).

O Prof 1, salienta que, “ [...] é necessário o uso de diferentes metodologia, pois cada aluno tem um nível de aprendizagem e temos alunos de inclusão também. Desde o lúdico, trabalho em grupo até leitura individual e interpretação”. Complementando, o Prof 33 considera “Procuro partir da realidade de cada um, da história pessoal e extraio palavras geradoras”.

Essas ideias vão ao encontro do que Gadotti e Romão (2001, p. 39) abordam quando consideram o papel do “docente como mediador entre o aprendiz e a escrita, entre o sujeito e objeto deste processo de apropriação do conhecimento”.

Percebe-se na fala dos professores a preocupação em trabalhar com o aluno, respeitando a experiência individual, possibilitando o crescimento, com atividades integradas a realidade pessoal, sempre partindo dos conhecimentos prévios para a aquisição de novos conhecimentos.

Quando os professores falaram sobre a metodologia, citaram a importância de um material adequado aos alunos. Em relação ao material utilizado pelos alunos, 24 professores (72,72%) julgam que é adequado e atualizado, 8 professores (24,24%) acredita que é não é adequado e 1 professor ((3,03%) não respondeu a questão.

Alguns professores justificaram o motivo pelo qual acreditam que o material é adequado e atualizado. Segundo o Prof 13, o material “é direcionado para os vários perfis humanos”. Para o Prof. 22 “ os livros são direcionados para a clientela mas são realizadas experiências e atividades concretas que possibilitam maior compreensão”. O Prof. 10 se manifesta “ Porque trabalho dentro das necessidades e potencialidades de cada um”.

Ao se estabelecer uma avaliação do material utilizado, também houve o questionamento se o conteúdo é adequado aos alunos, no período em que se encontram, pois são jovens e adultos que retornaram a educação, e necessitam de atividades e conteúdos compatíveis com a própria realidade.

Os professores foram unânimes ao considerar o conteúdo adequado aos alunos, justificando a resposta. Para o Prof 22, o conteúdo é adequado, “está direcionado a realidade e suas vivências. Os conhecimentos são voltados para o mercado de trabalho”.

Assim, tanto o material, quanto metodologia, como conteúdo necessitam estar interligados a uma prática pedagógica consciente, visando um processo de ensino-aprendizagem satisfatório, numa parceria professor-aluno. Mas para que o processo seja suficiente, outro fator também é muito importante, o tempo.

Em relação ao tempo que os professores consideram necessário para um aluno concluir o Ensino Fundamental, 14 professores julgam necessário mais de 2 anos (42,42%),

seguidos de 13 professores que consideram 2 anos (39,39%). Em número de 6 professores (18,18%) consideraram que depende de cada aluno, do ritmo de aprendizagem que é diferente de um para outro, ou também que pode variar conforme os interesses pessoais.

Vários elementos compõem a prática dos professores na EJA, entre eles não se pode olvidar da avaliação, pois é através dela que se consegue observar a validade do processo, os avanços reais do aluno e as possibilidades de mudança.

A avaliação se faz necessária devido a sua capacidade de mensurar a satisfação dos objetivos delimitados no processo de ensino-aprendizagem, além de possibilitar a extensão dos resultados obtidos com o envolvimento dos alunos no processo.

A avaliação na Educação de Jovens e Adultos pressupõe uma prática dialógica. Acerca da avaliação realizada na EJA, nas escolas pesquisadas, os professores puderam expressar sua opinião. O Prof. 20 comenta “ Na avaliação, o professor deve levar em consideração a construção humana gradual. De acordo com os objetivos estabelecidos em seu plano de curso e avaliar e valorizar os progressos, os avanços e as conquistas do aluno em termos de aprendizagem. É uma construção diária”.

Percebe-se que ao se falar em avaliação, muitas vezes, se pensa apenas no processo de valoração das atividades feitas pelos alunos, com atribuição de nota, poucos professores pensam na avaliação como um processo contínuo, de formação dos alunos.

Foi solicitada a opinião dos professores sobre a EJA, registrada em algumas falas abaixo.

Para o Prof. 3 “ É preciso que se tenha uma melhor caracterização da EJA para que possamos criar uma identidade, buscando associar os conteúdos construídos historicamente com a problematização da sua realidade a partir de um trabalho multidisciplinar e não apenas reproduzir/adaptar atividades/posturas que construímos com os alunos de faixa etária menor”.

Finalizando as considerações sobre a EJA, o Prof. 18 comenta “ A EJA é uma modalidade de ensino que já teve grandes avanços, porém necessita de um olhar mais especial. O adulto apresenta baixo auto estima e resistência para voltar aos bancos escolares. Portanto, para que o trabalho de resgate se efetive as políticas públicas precisarão efetivar-se na EJA”.

Com as falas selecionadas acima, percebe-se o envolvimento dos docentes ao trabalhar nesta modalidade de ensino, apesar de todas as dificuldades e limitações presentes no espaço escolar. Assim, os docentes representam por muitas vezes a possibilidade de permanência e sucesso escolar dos alunos matriculados na EJA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de alunos matriculados na EJA na cidade de Ponta Grossa está aumentando, diferente da realidade nacional, de acordo com os dados do Censo Escolar apontados no início do texto. Todavia, ainda são necessárias Políticas Educacionais específicas para a modalidade, que atendam as demandas do público atendido, para que seja possível uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso de frequentar a escola no período regular.

A EJA estabelece-se como uma modalidade de ensino, que apesar dos conflitos referentes a sua organização, possui um caráter de educação permanente, pois a educação é um processo e tem como finalidade o desenvolvimento integral e ininterrupto do indivíduo. Além deste ponto, também se percebe que esta modalidade atinge um segmento diferenciado, o qual possui suas especificidades e necessita de uma percepção diferenciada acerca da educação formal. “Ao reconhecer que a educação se faz ao longo da vida, torna-se indispensável intensificar o movimento sócio político de universalizá-la” (PORTO, 2004, p. 33).

Conforme afirma Gadotti e Romão (2001, p.119), “a educação básica de jovens e adultos é aquela que possibilita ao educando ler, escrever e compreender a língua nacional. O domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, dos conhecimentos essenciais das ciências sociais e naturais, e o acesso aos meios de produção cultural, entre os quais o lazer, a arte, a comunicação e o esporte.” Entretanto, se faz necessário pensar em um processo complexo, amplo, com contradições e conflitos, com múltiplas dimensões, seja de trabalho, experiências sociais, práticas escolares, mas todos os aspectos convergindo para a construção da cidadania.

A condição dos professores enquanto profissionais da EJA por vezes reveste-se de preconceitos, uma vez que esta modalidade é considerada como uma escolarização mais “fácil” e aligeirada, não sendo capaz de suprir todas as necessidades educacionais dos alunos. Um dos pontos iniciais é o respeito pelas condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. O professor precisa diagnosticar as características históricas, sociais, econômicas dos alunos, da comunidade e estabelecer uma relação de confiança, comprometimento entre o saber erudito e o saber popular, desconsiderando qualquer hierarquia valorativa imposta pela sociedade capitalista. A educação deve basear-se em valores e crenças democráticas, considerando como fundamento o pluralismo e a diversidade cultural.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas para a docência, tanto em relação aos preconceitos, dificuldades dos alunos, formação inicial insuficiente e às vezes falta de

materiais adequados para um trabalho com o segmento atendido, a maioria dos professores busca novas alternativas de ação, entendendo que a EJA é uma modalidade específica, não uma adaptação do ensino formal aplicado às crianças. Esta modalidade necessita de uma metodologia e meios condizentes ao grupo que está sendo atendido.

Os docentes buscam através de grupos de estudo, leituras, palestras e cursos uma formação continuada voltada para a formação de seus alunos. Há a busca de entendimentos sobre o que está prescrito nas políticas públicas para este segmento e discussões sobre a aplicação destas. Porém, apesar de haver uma política específica, as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, não está efetivamente sendo aplicada. Houve algumas modificações em relação ao currículo empregado na EJA, mas ainda há um longo percurso a se percorrer para que se alcance um nível ao menos aceitável de formação.

A EJA deve construir identidade própria, sem concessões à qualidade de ensino e propiciando uma terminalidade e acesso a certificados equivalentes ao ensino regular (GADOTTI e ROMÃO, 2001, p.121).

Portanto, a EJA não pode ser apenas lembrada como uma proposta governamental ou base de estatísticas sobre a situação do analfabetismo no Brasil. É necessário entender que todos têm o direito assegurado a uma educação de qualidade, seja no ensino regular ou na EJA. Aqueles que buscam esta modalidade já têm um histórico de vida que comprometeu a possibilidade de frequentar a escolarização quando crianças, mas o que não impede que os mesmos busquem alternativas para concluir sua formação. Assim, torna-se necessária a formação de um profissional que consiga administrar tanto as questões relativas ao ensino quanto às questões sociais em que os alunos foram ou estão submetidos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 40. ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos.** Ensino Fundamental. 1º segmento, 1.999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos,** 2.000.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Ensino Fundamental. **Programa de desenvolvimento profissional continuado /Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria; 2.002.

GADOTTI, M; ROMÃO J. E. **Educação de Jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INEP. **Censo Escolar 2010**. Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar 2011**. Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar 2012**. Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2012.

PICONEZ, S. C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas: Papirus, 2002.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PORTO, Y. S. **Educação de jovens e adultos**: o desafio de ressignificá-la. In: FARENZENA, R. C. (org). **Educação de Jovens e Adultos**: movimento político-pedagógico. Passo Fundo: UPF, 2004.

SANTOS, E. **Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa**: Período de 1990 a 2004. Dissertação de Mestrado: UEPG, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

URPIA, M. F. M. **Fórum EJA Bahia**: implicações na definição da política pública da Educação de Jovens e Adultos. 2009, 125 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2009.

VIEIRA, S. L.. **Política (s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples**. In: Revista brasileira de política e administração da educação. V.23, n.1, p. 56-69, jan/abr, 2007.